

**ACTA DA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DO IPT
(QUADRIÉNIO 2014-2017)**

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Conselhos do Edifício “F”, no Campus do Instituto Politécnico de Tomar, em reunião previamente convocada e presidida pelo Senhor Presidente do Conselho Geral, Prof. Doutor Augusto Carlos Ventura Mateus e presidida pelo Dr. António Pires da Silva, em substituição do Senhor Presidente do Conselho Geral, Prof. Doutor Augusto Carlos Ventura Mateus, por este se encontrar ausente no cumprimento de obrigações profissionais inadiáveis e última hora, compareceram os membros do Conselho Geral constantes da Lista de presenças anexa a esta ata, para tratar, discutir e deliberar sobre os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1 – Informações; -----

Ponto 2 – Aprovação das contas de gerência do IPT e dos SAS-IPT e contas consolidadas, relativas a 2015; -----

Ponto 3 – Apreciação e discussão sobre abertura de processo de revisão geral dos Estatutos do Instituto Politécnico de Tomar;-----

Ponto 4 – Outros assuntos. -----

Todos os conselheiros que não compareceram à reunião comunicaram antecipadamente a sua ausência, justificando-a com a necessidade de comparecerem a outros compromissos de carácter pessoal e/ou profissional urgentes e inadiáveis, tendo-se considerada justificada a sua ausência. -----

Estiveram também presentes o Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, no exercício do seu direito a estar presente em todas as reuniões do Conselho Geral para acompanhar os trabalhos da reunião e neles participar, ainda que sem direito a voto, conforme estabelecido nos Estatutos do IPT, bem como o Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, Dr. Miguel Pinto dos Santos, para informar e esclarecer acerca das contas submetidas à apreciação do Conselho. -----

Verificadas as condições necessárias para dar início à reunião o Presidente do CG deu-a por iniciada, passando de seguida à discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto 1 – Informações, -----

Nenhum dos conselheiros manifestou vontade de abordar qualquer assunto no âmbito deste ponto da ordem de trabalho, passando-se, portanto, ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Ponto 2 – Aprovação das contas de gerência do IPT e dos SAS-IPT e contas consolidadas, relativas a 2015, -----

Dando início à discussão deste ponto o Vice-Presidente do IPT, Dr. Miguel Pinto dos Santos, a pedido do Presidente do IPT, fez uma breve caracterização do exercício económico de 2015 por comparação com anos anteriores, com recursos a quadros e gráficos que distribuiu no momento aos conselheiros e informou os conselheiros sobre aspetos específicos das contas

submetidas a apreciação do Conselho, cujo conteúdo já fora disponibilizado aos conselheiros, dando conta que as mesmas foram objeto de aprovação pelo Conselho de Gestão do IPT, bem como de parecer favorável da Sociedade Revisora Oficial de Contas que as analisou e verificou, submetendo-as agora, acompanhadas do documento de consolidação das duas contas de gerência, à aprovação pelo Conselho Geral, nos termos dos Estatutos do IPT. -----

Do teor da intervenção anterior ficou bem evidenciada a existência de uma acentuada preocupação com o grave subfinanciamento do ensino superior e, conseqüentemente, do IPT, por parte do Estado, que se vem verificando e agravando ao longo dos últimos 4 anos. -----

Informou ainda não ser possível fazer acompanhar as contas de parecer de fiscal único, designado nos termos do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, porquanto ainda não foi designado fiscal único para o IPT, motivo, aliás, porque se mantém, ainda, a apreciação e verificação por Sociedade Revisora Oficial de Contas, como garantia de rigor na sua preparação e elaboração. -----

Interveio de seguida o Secretário do CG para informar que, em cumprimento do estabelecido na Lei e nos estatutos do IPT, as contas foram também objeto de apreciação pelos membros externos que integram o Conselho Geral, tendo os membros presentes nessa apreciação dando parecer favorável à aprovação das contas, conforme parecer que junta à presente ata.

Não tendo havido pedidos de intervenção sobre este ponto, o Presidente do CG submeteu a votação a aprovação das contas de gerência de 2015 do IPT e dos SAS-IPT e respetivas contas consolidadas, tendo as mesmas sido aprovadas, com o voto favorável unânime de todos os conselheiros presentes. -----

Deliberada a aprovação das contas, a exposição anteriormente feita pelo Vice-Presidente do IPT suscitou vários pedidos de intervenção por parte dos conselheiros presentes. -----

Por sugestão do Secretário do Conselho, aceite por todos os presentes, entendeu-se de integrar estas intervenções no ponto 4 da ordem de trabalhos, passeando-se já à sua discussão e reservando-se para último lugar a discussão do ponto 3 da ordem de trabalhos. -----

Passou-se, pois, ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, de acordo coma nova ordem de discussão,-----

Ponto 4 – Outros assuntos, -----

Começou por intervir a conselheira Maria do Céu Albuquerque salientando a sua grande preocupação com a situação exposta pelo Vice-presidente claramente reveladora de uma situação de subfinanciamento das IES que não pode deixar de justificar uma ação por parte não só da Direção do IPT junto da comunidade externa envolvente, em ordem a sensibilizá-la para a situação a chamá-la a tomar posição perante a mesma, bem como do conjunto das IES e do CCISP em particular junto da tutela. -----

A conselheira Maria do Céu Albuquerque enfatizou, em particular, a necessidade de evidenciar a situação existente junto da comunidade municipal e empresarial envolvente, uma vez que se os problemas não forem conhecidos não são enfrentados pela comunidade. -----

Interveio de seguida o conselheiro Luiz Oosterbeek, apresentando uma primeira proposta de deliberação do Conselho Geral com o seguinte teor:

“O Conselho Geral do Instituto Politécnico de Tomar, reunido em 27 de Abril de 2016, apreciou o relatório de contas do exercício de 2015, tendo debatido de forma detalhada a evolução comparativa dos exercícios desde 2010, apresentada pela Presidência. O Conselho Geral louva a condução, prudente, realista e rigorosa, que tem sido empreendida pela Presidência do IPT, que tem permitido assegurar o essencial da qualidade e da eficiência, apesar do quadro global criado.”

Logo de seguida o conselheiro Luiz Oosterbeek apresentou uma segunda proposta de deliberação do Conselho Geral para envio à tutela, com o seguinte teor:

“O Conselho Geral do Instituto Politécnico de Tomar, reunido em 27 de Abril de 2016, apreciou o relatório de contas do exercício de 2015, tendo debatido de forma detalhada a evolução comparativa dos exercícios desde 2010. Registando os grandes esforços de redução de despesa empreendidos pelo IPT, que se aproximam de 10% da massa salarial, o Conselho Geral sublinha a gravidade da desorçamentação operada pelo Estado na última década, significativamente agravada a partir de 2011, e que não foi invertida no orçamento atual. Esta desorçamentação bloqueia as possibilidades de investimento, com reflexos crescentes na capacidade de geração de receitas próprias, e não encontra justificação no histórico do desempenho do IPT nem na sua eficiência atual, pelo que o Conselho Geral alerta a tutela para a gravidade de uma situação gerada fora do IPT e que, por essa razão, o IPT não pode superar sem uma articulação com o Estado. Neste contexto, o Conselho Geral exprime o seu apoio à condução, prudente, realista e rigorosa, que tem sido empreendida pela Presidência do IPT, que tem permitido assegurar o essencial da qualidade e da eficiência, apesar do quadro global criado.” -----

A terminar o conselheiro Luiz Oosterbeek, defendeu, com vista não só a evidenciar os problemas existentes, quer financeiros quer a perspetiva de uma progressiva integração *de facto* ou gestão integrada do IPT com os institutos politécnicos de Leira e Santarém, mas também a qualidade do trabalho desenvolvido pelo IPT, perante a comunidade académica e perante a comunidade externa, a necessidade de reforçar os mecanismos de comunicação interna e implementar uma muito mais eficaz comunicação externa, considerando que tal será essencial para que exista uma coesão da comunidade do IPT e da região no quadro negocial que se abriu. -----

Terminada a intervenção do conselheiro Luiz Oosterbeek, o conselheiro António Pires da Silva que presidiu a reunião, colocou a votação as propostas de deliberação por ele apresentadas.

Colocada a votação a primeira proposta de deliberação do conselheiro Luiz Oosterbeek, a mesma foi aprovada, com o voto favorável unânime de todos os conselheiros presentes e com aclamação.-----

Colocada a votação a segunda proposta de deliberação do conselheiro Luiz Oosterbeek, a mesma foi aprovada, com o voto favorável unânime de todos os conselheiros presentes.-----

Interveio de seguida o conselheiro José Mendes, enfatizando a necessidade de implementar uma análise financeira num contexto mais analítico que permita uma melhor análise dos custos da instituição, e que não só propicie, como também justifique uma estratégia de maior investimento em fontes geradoras de receitas através de projetos e atividades promovidas pelo corpo docente do IPT. -----

O conselheiro José Mendes defendeu, igualmente, a necessidade de se investir na comunicação externa de modo a envolver a comunidade externa e as empresas. -----

Intervenção de seguida o conselheiro Luís Mota Figueira, propondo a criação de um espaço de discussão no CG com vista a avaliar e criar formas alternativas de contornar a situação existente. -----

Intervenção de seguida o conselheiro Gonçalo Andrade, manifestando a opinião que o IPT, para ultrapassar os problemas existentes, tem que avançar no sentido de uma profunda análise com vista a criação de fontes de financiamento alternativas através da valorização dos pontos fortes do IPT e explorando e aproveitando as potencialidades da região onde o IPT está inserido, que, nomeadamente, permitam uma maior atratividade de um novo público estudantil. -----

Intervenção de seguida a conselheira Maria do Rosário Baeta Neves para lançar três desafios para reflexão quanto àquela que acha que deve ser a estratégia de futuro do IPT: um primeiro que passa por procurar o envolvimento da região onde se insere o IPT, globalmente considerada, obtendo nela o reconhecimento do seu importante papel no desenvolvimento de parcerias elevadoras do potencial da região, como aconteceu em Tomar com a IBM, mas que a cidade de Tomar não soube potenciar ainda mais, como poderia ter acontecido; um segundo que passa por defender junto da tutela o financiamento turmas de ensino com pelo menos 20 alunos, usando como termo de comparação a realidade existente noutros países europeus onde essa realidade existe e com resultados muito mais vantajosos do ponto de vista pedagógico; e o terceiro e último que passa por o IPT ter que trabalhar no sentido de mostrar no exterior que o que faz é muito e bom e melhor que o que outros fazem, como forma de contrariar o que outros, infelizmente, já fazem em sentido exatamente oposto muitas vezes até internamente. -----

Intervenção de seguida o conselheiro Carlos Coelho no sentido de apelar à reflexão sobre as estratégias seguidas nos últimos anos revertendo as que não deram resultados e se revelaram negativas para os Institutos Politécnicos, afastando potenciais estudantes do ensino politécnico, como por exemplo a obrigatoriedade da matemática e física, com nota positiva, nas provas de ingresso para acesso às engenharias, que a experiência demonstrou não serem justificadas como o evidencia a existência de engenheiros reputados no mercado que ingressaram no ensino superior em cursos de engenharia com notas negativas a matemática e sobre o reforço e reinvenção das estratégias que já antes produziram resultados positivos, criando fontes alternativas de receita, motivando as pessoas indicadas para as promover e que se sintam atualmente desmotivadas para o fazer. -----

Intervenção de seguida a conselheira Carla Sofia Mota, manifestando a sua preocupação quanto às condições de funcionamento da ESTA, atualmente repartida por 3 edifícios, dificultando as atividades letivas, tornando muito complexa a repartição eficiente do trabalho entre os poucos funcionários não docentes existentes, nomeadamente os assistentes operacionais, e criando problemas sérios quanto à segurança dos edifícios, que é difícil de suportar em termos financeiros. -----

Acrescentou ainda que cresce àquela questão a degradação do edifício principal da ESTA, o que também contribui para não se olhar para a ESTA como a instituição de Ensino Superior

que é, uma vez que os alunos do secundário provêm hoje de escolas com condições, em termos de infraestruturas, consideravelmente superiores às da ESTA. -----

Concluiu a sua intervenção, afirmando que, apesar da ajuda da Câmara Municipal de Abrantes quanto à questão do transporte dos alunos, torna-se nas condições atrás referidas, ainda mais difícil a captação de candidatos para os cursos superiores numa ESTA onde não se consegue sentir a atmosfera característica de um campus de ensino superior. -----

Interveio o conselheiro Pires da Silva congratulando-se com a discussão gerada e salientando a importância da sua continuação, senão nesta em próximas reuniões. -----

Nenhum dos conselheiros manifestou vontade de abordar qualquer assunto no âmbito deste ponto da ordem de trabalhos. -----

Ponto 3 – Apreciação e discussão sobre abertura de processo de revisão geral dos Estatutos do Instituto Politécnico de Tomar, -----

Atendendo ao adiando da hora a por se verificara a necessidade de alguns dos conselheiros presentes se ausentarem, não poderem prolongar por mais tempo a sua presença na reunião em virtude de outros compromissos inadiáveis foi proposto pelo conselheiro António Pires da Silva que presidiu a reunião, o adiamento da discussão deste ponto da ordem de trabalhos para a próxima reunião. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos membros do conselho presentes.-----

Ainda antes de terminar a reunião e por proposta do conselheiro António Pires da Silva que a presidiu, foi decidida a marcação de nova reunião a realizar durante o mês de maio, em data e hora a agendar e realizá-la, seguindo a sugestão do Presidente do IPT, nas instalações da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas doze horas. -----

Foi elaborada pelo Secretário do Conselho Geral, a presente ata, que depois de lida perante os membros do Conselho, foi aprovada por unanimidade dos presentes e vai de seguida assinada pelo Senhor Presidente do CG em exercício e pelo Secretário do CG. -----